

HABEAS CORPUS Nº 419.969 - RS (2017/0262256-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ELOI DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ELOI DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação Criminal n. 0083816-11.2016.8.21.7000).

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado a 4 meses e 20 dias de detenção pela prática do crime previsto no art. 129, *caput*, do Código Penal, e 1 ano, 5 meses e 15 dias de detenção como incurso no art. 329, § 1º, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs apelação, tendo a Corte de origem não conhecido do recurso, ante a intempestividade, e declarado extinta a punibilidade do paciente em relação ao crime de lesões corporais leves (art. 129, *caput*, do CP), nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 129 DO CP. ART. 329, § 1º, DO CP. PRESCRIÇÃO. INTEMPESTIVIDADE.

1. *A prescrição é matéria de ordem pública que pode ser reconhecida de ofício.*

2. *A interposição de recurso fora do quinquídio legal leva ao não conhecimento. No caso concreto, ainda que considerado o prazo em dobro ao Defensor Público e o Ato n.s 06/2015 do OE/TJRS, o recurso é intempestivo.*

APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.

EXTINTA A PUNIBILIDADE DO 1º FATO (fl. 86).

Daí a presente impetração, na qual se sustenta que o recurso de apelação está tempestivo, tendo em vista que "*o prazo recursal conta a partir da última intimação ocorrida no processo, que pode ser a do réu (recorrente) ou a da defesa técnica*

conforme o caso" (fl. 4).

Pugna, assim, em liminar e no mérito, que seja declarada a tempestividade da apelação, com o prosseguimento da análise do recurso pelo Tribunal de origem e recolhimento do mandado de prisão expedido.

Indeferida a liminar às fls. 114/115 e prestadas as informações necessárias, o Ministério Público Federal, às fls. 147/151, opinou pela concessão da ordem.

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Contudo, passo à análise dos autos para verificar a possível existência de ofensa à liberdade de locomoção do ora paciente, capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

Consoante o disposto no art. 392, inciso II, do CPP, tratando-se de réu solto, mostra-se suficiente a intimação do defensor constituído acerca da r. sentença condenatória (RHC 96.250/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 15/06/2018). Contudo, se o réu estiver sendo assistido pela Defensoria Pública ou por defensor dativo, ambos devem ser intimados.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ORDINÁRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. DESACATO. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA, PESSOALMENTE OU POR EDITAL. DEFENSOR DATIVO. FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.

[...]

2. Nos termos do art. 392, inciso VI, do Código de Processo Penal, se o réu não for localizado e não tiver defensor constituído, deverá ser intimado da sentença via edital. **Embora se admita a intimação apenas do defensor constituído, no caso de réu solto, tal compreensão não se aplica ao defensor público ou dativo.**

3. In casu, o paciente não estava preso. Ele foi intimado para comparecer à audiência de instrução e julgamento, mas não o fez. Foi então, decretada sua revelia, nomeado defensor dativo e proferida sentença condenatória. Ocorre que, prolatado o decreto condenatório, o paciente não foi procurado para ser intimado pessoalmente da sentença, apesar de constar dos autos seu endereço, tampouco foi intimado por edital. Embora tenha tomado conhecimento de que seria realizada a

audiência, é certo que também era exigível que fosse cientificado do seu resultado, vale dizer, um decreto condenatório. Não é possível admitir que a ciência do advogado plantonista, nomeado por ocasião da audiência de instrução e julgamento, e que sequer recorreu, supra a intimação do réu.

4. Writ não conhecido. Ordem concedida de ofício para anular o processo a partir da sentença condenatória, a fim de que o paciente seja intimado da condenação, pessoalmente ou, caso não seja possível, via edital, garantido o direito de recorrer em liberdade.

(HC 281.764/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 19/11/2014)

Nas hipóteses de obrigatoriedade de intimação do réu e do defensor, o prazo para interpor apelação tem início a partir da última intimação. Confira-se, a propósito, o seguinte julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RÉU PRESO E DEFENSOR DATIVO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. INTIMAÇÕES PESSOAIS. FLUÊNCIA DO TERMO A QUO. ÚLTIMO ATO DE INTIMAÇÃO. TERMO DE INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO, AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 155 DO CPP. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELA CORTE DE ORIGEM. ANÁLISE POR ESTE TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PRISÃO PENA. ANÁLISE DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CPP. NÃO CABIMENTO. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

*1. O réu preso e seu defensor dativo devem ser intimados pessoalmente da sentença condenatória, sendo a expedição de carta precatória a modalidade de cumprimento do ato quando o réu estiver preso fora do distrito da culpa, **iniciando-se o prazo recursal a partir da data da última intimação.***

[...]

6. Recurso ordinário em habeas corpus improvido.

(RHC 68.733/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 11/05/2016)

No caso, a Defensoria Pública foi intimada da sentença condenatória em 18/1/2016 e interpôs apelação em 2/2/2016. O réu foi intimado em 1º/7/2016 (fl. 125). O

Tribunal *a quo* considerou a apelação intempestiva. No entanto, conforme afirmado acima, o prazo recursal teve início com a última intimação.

Pelo exposto, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem de ofício para determinar que o Tribunal *a quo* prossiga na análise da apelação da defesa, determinando a suspensão da execução da pena até o esgotamento das instâncias ordinárias.

Publique-se

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

